

EDUCAÇÃO POPULAR ANTES E AGORA

Carlos Rodrigues Brandão¹

Resumo: Educação popular antes e agora foge de algum modo ao padrão corrente dos artigos acadêmicos. O texto retoma ideias, propostas e questões em aberto nos anos de instauração da educação popular, no Brasil e, logo após, na América Latina, ao longo dos anos sessenta. Cada uma de suas unidades está dividida em uma série de "lembranças" dos fundamentos e dilemas da educação popular em seus primeiros tempos. As "lembranças" de cada unidade são sucedidas de um conjunto de perguntas, todas elas relacionadas ao momento presente. O propósito de tal abordagem é relacionar questões substantivas de uma educação popular desde há pouco mais de cinquenta anos atrás com o que permanecem como dúvidas, dilemas e alternativas abertas à teoria e, sobretudo, a diferentes e não raro divergentes formas de realização da educação popular nos dias de hoje.

Palavras-chave: Educação Popular, América Latina e História.

Abstract: Popular education before and now somehow escapes the current standard of academic articles. This paper revisits ideas, proposals, and open issues in the years of establishment of popular education in Brazil and, soon after, in Latin America, during the sixties. Each of its units is divided into a series of "memories" of the fundamentals and intricacies of popular education in its early days. The "memories" of each unit are the result of a set of questions all of which related to the present moment. The purpose of this approach is to relate the substantive issues of popular education for a little over fifty years ago to the questions that remain, dilemmas and alternatives open to theory and, especially, to different and often divergent embodiments of popular education nowadays.

Key words: Popular Education, Latin America, History

¹ Professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas, colaborador de uma série de instituições como Instituto Paulo Freire, Universidade Federal de Uberlândia e de Goiás. Mais informações na home page: www.sitiodarosadosventos.com.br

Reescrevo para um encontro ao redor a ação de Movimentos Populares em nosso Continente, que agora é publicado pela revista *Ideação*, um documento que elaborei a Assembleia Nacional de Pós-Graduação em Educação realizada no Brasil, em Pernambuco, no final de 2102. Afinal, entre 2011 e este ano de 2013 estamos os cinquenta anos de uma série de acontecimentos que no passado do Brasil e de outras nações da América latina marcaram o início dos *movimentos de cultura popular*. Creio que alguns dos movimentos que se reúnem aqui nestes dias têm a sua origem remota no que começamos a gerar num distante 1961.

Minha contribuição aqui será, portanto, a de uma série de lembranças do que sonhamos, pensamos e praticamos a 50 anos atrás, acompanhadas de algumas perguntas inquietantes, imagino, a respeito da prática e dos horizontes da *educação popular* nos dias de hoje. De um modo ou de outros, até nossos dias, ainda é a *educação popular* o fundamento ou, pelo menos, um dos instrumentos de ação mais essenciais de suas ações.

As perguntas que seguem as séries de lembranças sugerem alternativas e variantes para a continuidade e a renovação de práticas de *Educação Popular* nos dias de hoje, entre as suas mais diversas situações, seus diferentes contextos e suas plurais alternativas.

Entre lembranças-e-perguntas, algumas palavras escritas aqui aparecem com iniciais em maiúsculas e em itálico. Um pouco em memória de como não raro as escrevíamos antigamente. Um pouco para que apenas sejam destacadas.

Entre lembranças dos anos sessenta e perguntas para educadores de agora

As primeiras

Lembranças: A Educação Popular, originalmente chamada aqui no Brasil e na América Latina de Educação Libertadora, Educação Liberadora, opunha-se ao que Paulo Freire qualificava como Educação Bancária. Desde um primeiro momento, ela surge como uma proposta situada dentro de todo um processo e um movimento bastante mais amplo, que tomou o nome de Cultura Popular.

EDUCAÇÃO POPULAR ANTES E AGORA

O *Movimento de Cultura Popular* e os vários *Centros de Cultura Popular* procuravam realizar experiências interativas de Cultura Popular, buscando articular arte e ciência, e pedagogia e política. Lembremos o *Teatro do Oprimido* de Augusto Boal, as iniciativas de busca de saberes e criações populares “vindas do povo”, não mais como pitorescas curiosidade de nossas “tradições populares”, mas como expressões sistêmicas e peculiares de formas de viver, conviver, trabalhar e pensar. Lembremos as músicas de protesto (origem de boa parte da nova MPB). Lembremos as diversas inovações na área do cinema e da literatura. Lembremos as ações propriamente pedagógicas dos trabalhos de *Cultura Popular* dos anos sessenta, cujo foco centrou-se então na *Alfabetização de Adultos*.

Assim nós – então “militantes da *Cultura Popular*” – nos sentíamos tornando política uma cultura antes vista como folclórica, e tornando histórica uma cultura antes vista como situada fora dela, ou à sua margem. Já que até então as únicas culturas que de fato contavam como construtoras de uma história humana eram as “Civilizadas”, “eruditas”, “científicas”, “acadêmicas”. As que recebem até hoje o seu Prêmio Nobel de cada ano (com muito raras exceções). Portanto, nós, educadores, alfabetizadores populares, nos reconhecíamos realizando uma ação de *Cultura Popular* através de alguma modalidade de *Educação Popular*.

Perguntas: Podemos pensar para os tempos de agora uma *Educação Popular* desvinculada de todo um sistema de ação cultural através da educação, e uma ação política através da cultura? Mas de uma ação política e cultural cujas raízes devem ser ainda as do povo. Podemos conceber a *Educação Popular* à margem ações e projetos dos movimentos populares?

Assim, uma associação da tradição e da atualidade da *Educação Popular* como todo o aporte dos “novos paradigmas”, representaria:

- a) um avanço, uma atualização e uma abertura a um diálogo mais amplo da *Educação Popular* com outras práticas ao redor da criação culturas e das reciprocidades sociais do saber;
- b) ao contrário, representaria uma tentadora dissolução da força original da *Educação Popular* e de sua vocação de ação libertadora a partir do povo, em nome de projetos que justamente ao abrirem em todas as direções

os seus horizontes, perdem o rumo do eu caminho?

As segundas

Lembranças: Sem perder nos anos sessenta sua original vocação “libertadora”, a *Educação Popular* toma este “novo nome” (que não existe ainda em *Pedagogia do Oprimido*, o livro de Paulo Freire) ao assumir como seus coautores e destinatários os sujeitos singulares, coletivos e comunitários as diferentes “gentes do povo” e, de maneira mais concreta, a estas gentes como “classes”, ou como uma “classe social”.

Ao pensá-las e buscar dialogar com elas como criadores, autores e atores de formas e sistemas de práticas, saberes, sentidos, significados, sensibilidades e sociabilidades diversos e culturalmente diferentes daqueles até então considerados como: “civilizados”, “acadêmicos”, “eruditos” “legítimos”, e assim por diante. Diferentes sim. Mas em nada desiguais.

Partíamos então do suposto diferenciadamente compreendido e aceito de que:

- a) Qualquer pessoa, quem quer que seja, é uma fonte original e insubstituível de seu próprio saber;
- b) Assim sendo, qualquer analfabeto-alfabetizando é um sujeito de seu próprio saber, um saber diverso, mas não inferior ao de seu alfabetizador;
- c) Portanto o diálogo torna-se não um método didático de trabalho pedagógico, mas a própria substância interativa de todos os momentos do acontecer da educação; e ele é, também, a sua principal finalidade: dialogamos para aprender a alargar, com o outro, os horizontes de nossa capacidade de sermos seres-de-diálogos;
- d) de igual maneira, qualquer cultura criada e vivida por todo e qualquer grupo humano entre indígenas e acadêmicos, é também uma experiência única, inquestionavelmente válida e de um valor cognitivo não hierarquicamente comparável com outros sistemas de saber e de ordenação de saberes como uma modalidade de cultura.
- e) Educar, ensinar, é partilhar situações de reciprocidades e inter-trocas de saberes. É partilhar de momentos e contextos culturais motivadas à criação solidária de

saberes, sentidos, significados, sensibilidades e sociabilidades. Um processo de ações recíprocas “onde ninguém educa ninguém, mas também ninguém se educa sozinho”...

Perguntas: Em tempos de agora seria viável a uma *Educação Popular* o preservar ainda a essência de sua proposta original, nas diferentes situações em que ela se realiza entre as suas diferentes modalidades e vocações hoje em dia?

Ou seja, como lidar hoje com compreensões de pessoa humana, de comunidade, de sociedade e de nação, a partir de visões de mundo, de projetos ideológicos de crítica do presente e de construção social do futuro, de propostas políticas concretas de partidos de esquerda, de diferentes programas criados por tantos diversos movimentos socioculturais dirigidos ao povo, de ONGs a serviço dos movimentos populares?

Como praticar a *Educação Popular* entre e a serviços das diferentes construções populares de suas próprias equivalentes visões de mundo, sentidos de vida, crenças religiosas, espirituais ou profanas, ideologias tão variadas e ativas entre os próprios movimentos populares? Como “levar a eles” alguma modalidade “nossa” de *Educação Popular*, se os movimentos populares reconhecem que realizam, eles próprios, as suas diversas experiências culturais-pedagógicas próprias, não raro denominadas de *Educação Popular*?

Assim, o MST reconhece que uma coisa é a educação do campo (a que camponeses compartilham entre eles) e, outra coisa é a educação no campo, a que projetos de Educação Popular no Campo, as políticas públicas, ou a Monsanto, levam até eles.

As terceiras

Lembranças: entre os anos sessenta e oitenta, passamos de uma *Educação Popular* com um ainda resquício de “vanguardismo” em nossas relações com comunidades e classes populares, para uma compreensão cada vez mais difundida de que a *Educação Popular* é uma modalidade de ação cultural através da educação, colocada não a serviço efêmero e colonizador das classes e dos movimentos populares, mas para servi-las, e aos seus avanços, seus projetos, suas lutas.

Assim, para muito de nós a *Educação Popular* deveria “colocar-se a serviço” dos movimentos populares organizados ou em organização. Ela seria, portanto, um trabalho sistemático

e complementar de formação de quadros populares, de sistematização de experiências do próprio povo e junto ao povo, um trabalho sistemático de coparticipação na construção de novos conhecimentos a serviço da “causa popular”. Eis quando surge entre nós a pesquisa participante.

Nesta direção, passamos a entender que um projeto pedagógico essencial deveria ser realizado pelo próprio povo em/entre e através de suas ações emancipatórias. O povo cria o seu saber ao longo de suas ações culturais de dimensão política, ou suas ações políticas de dimensão cultural. Esta seria a essencial *Educação Popular*. Aquilo que alguns e algumas dentre nós costumávamos chamar: “a educação que o povo cria”. E o trabalho que nós, educadores populares, faríamos “aí”, seria o de fortalecer, esclarecer, aprimorar esta “educação que o povo cria”.

Perguntas: Agora, quando também a *Educação Popular* sobrevivente dos mais de vinte anos de governos militares aproximou-se de novas teorias, novas ideologias, novas propostas de “ação cultural para a liberdade”, deve prevalecer ainda permanecer uma compreensão mais uniforme e radical do que ela seja e de como deve realizar-se?

Permanecem valores, saberes, práticas pedagógicas cujo fundamento está no reconhecimento de que unidades populares tradicionais ou já mobilizadas como movimentos populares são a substância e o horizonte da *Educação Popular*?

Ou será que em um mundo e em um momento tão plural e tão multiforme, podemos imaginar que também a *Educação Popular* desbravou e deve seguir desbravando novos e diferentes caminhos. Deve fazer-se interagir com outras vocações da educação surgidas entre os anos setenta e noventa, como a *Educação para a Paz*, a *Educação Ambiental*, a *Educação e Valores Humanos*, e assim por diante?

Assim, devemos agora concordar em existe mais – se é que existiu um dia – uma única expressão e uma única vocação da *Educação Popular*. Devemos aceitar que no interior de um mesmo ponto de partida, e diante de um mesmo horizonte cotidiano e histórico de trabalho pedagógico em nome da multi-participação de diferentes atores sociais devotados à construção coletiva e solidária de “outro mundo possível”, a *Educação Popular* dialoga com outras vocações de ação social humanizadora?

As quartas

Lembranças: Em seus tempos pioneiros a *Educação Popular* pretendia ser um instrumento que, agindo transformadoramente sobre pessoas e suas consciências (conscientização) e, através delas, sobre as culturas de seus sujeitos, (politização) e, ainda, através delas, sobre as suas sociedades, participasse de todo um complexo processo de transformação radical das estruturas econômicas, políticas e, em plano mais abrangente, sociais. A *Educação Popular* surgiu como uma proposta de uma modalidade de ação transformadora em seu campo, ao agir sobre saberes e valores de pessoas e de suas consciências. Atuando como um instrumento de mudança qualitativa de consciências, a *Educação Popular* realizava-se participante de um trabalho social de teor político mais amplo, cujo horizonte era, repito, uma transformação radical do cotidiano, da sociedade e da história.

Neste sentido, atribuindo então à *Cultura Popular* e, no seu interior, à *Educação Popular* conotações ideologicamente diversas, mas em seu conjunto convergentes, aspirávamos criar, viver e difundir uma experiência pedagógica revolucionária a serviço de um processo de revolução social transformadora e libertadora.

Vivíamos então ações em que, qualquer que fosse o seu campo de aplicação e a sua escala (“linha de frente”, “meio de campo” ou “retaguarda”), o horizonte do trabalho pedagógico desenhava cenários que na esfera mínima previam a “transformação da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade socialista” (que nos espera linhas abaixo). E na esfera máxima estendiam esta “sociedade socialista” aos limites de toda uma “humanidade libertada”.

Claro, metas-médias e mesmo as de menor alcance eram na verdade o motivo mais imediato e prático de nossas ações, tanto individuais quanto coletivas. Alfabetizar pessoas e tornar país “livre do analfabetismo” motivou a primeira equipe de Paulo Freire e motiva até hoje inúmeras educadoras-alfabetizadoras.

No entanto, nos anos sessenta todas as ações diretas através de práticas de *Cultura Popular* através de uma ação pedagógica, em princípio deveriam servir a horizontes sociais bastante mais amplos. Uma vez mais, desde os nossos manifestos de então a todas as páginas de *Pedagogia do oprimido*, tais

amplas metas históricas estavam sempre presente e guiavam todas as outras.

Perguntas: Vivemos cinquenta anos atrás, experiências de ação popular em que toda a mínima-meta deveria servir a uma média-meta e, esta, a uma ampla-meta. Estávamos então mais a serviço de uma “política de mega-movimento” do tipo: “um outro mundo é possível”; do que de uma “política de campanha restrita”, do tipo: “lutemos por uma educação pública melhor em todos os sentidos possíveis”. E se agíamos em favor da segunda meta, era como um caminho para atingir, em uma “frente ampla” de ações e resultados a partir de mobilizações, metas políticas bastante mais amplas, radicais e utópicas.

Claro, não esqueçamos que antes como agora toda a questão do “nome” em nome do que estou fazendo o que faço?”(lutando, participando, militando, etc.) envolvia respostas que atravessavam e buscavam fazer interagir diferentes dimensões de: “sonhos”, “utopias”, “ideologias” (no sentido de crítica do presente e projeto de futuro), “ideais”, “projetos políticos”, “práticas de ação cultural”, “trabalho pedagógico”, e assim por diante. Assim, o agir em uma dimensão com os olhos postos nas outras é o que estabeleceria, por exemplo, a linha de fronteira entre o professor-de-rotina e o professor-educador.

Será que nos mais de hoje parece estarmos vivendo agora um tempo em que importam mais os resultados concretos e “dentro de meu campo possível de ação”, do que a realização de mega-metas.

Ora, assim sendo (e se assim for) a vocação transformadora e, no limite, revolucionária, é ainda o “sinal de nascença” e a vocação política essencial da *Educação Popular*?

Através de seus serviços ao povo, ente comunidades tradicionais, associações e movimentos populares, ela deve servir também e de maneira correspondente, a um processo mais integrado, interativo e socialmente radical de transformação das estruturas de poder, de gestão da economia e de vida social de toda a sociedade brasileira?

Ou será que em uma sociedade pluri-participante, pluri-vocacionada e multi-referencial, em nome de “um mundo mais justo, etc. A *Educação Popular* inevitavelmente pode e deve abrir-se diferentes vocações convergentes? Isto, a partir da evidência de que em suas diferentes alternativas e experiências ela atua junto a diversos atores e diferentes formas e vocações

de lutas e ações emancipatórias: movimentos sociais populares de luta pela terra, movimentos de negros, de mulheres, de questões ambientais, de reforma agrária, de direitos de minorias, de luta pela paz, e assim por diante. contrariamente, e não há nada mais específico a se dizer.

Sendo assim, podemos falar com justeza em *Educação Popular Ambiental*, *Educação Popular Comunitária*, *Políticas Públicas de Educação Popular*, *Educação Popular na Escola*? Estendendo esta abertura atual a um limite maior, podemos associar a *Educação Popular* à *Pedagogia Social* que surge nos últimos anos e depressa se difunde bastante entre nós?

As quintas

Lembranças: Entre os seus primeiros e segundos praticantes, com graus diferentes de intenção, entendíamos que a *Educação Popular* servia à construção de uma sociedade socialista. Sem meias palavras – ou com algumas delas aqui e ali - o horizonte revolucionário de transformações desejadas projetava a passagem - radical ou gradativa - de uma sociedade colonizada pelo capitalismo, a uma sociedade libertada pelo socialismo. De um modo ou de outro alguma alternativa francamente socialista seria o ponto de chegada da vocação transformadora da *Educação Popular*.

Acreditávamos então que realizar “mudanças” ou “reformas de base” no interior de uma sociedade regida pela hegemonia do capital seria algo semelhante a hospitalizar e tratar um a um os doentes de uma enfermidade endêmica, sem procurar descobrir e erradicar o foco ambiental da endemia. Representaria somente o produzir avanços que seriam de um modo ou de outro, uma vez mais apropriados e colonizados por um sistema que nos parecia incompatível com um projeto de libertação popular e, através do povo, de toda uma nação.

Perguntas: A passagem do primado do capitalismo para alguma forma de sociedade socialista permanece sendo o propósito político e socialmente humanizador da *Educação Popular*? Este projeto deve ser pensado como algo uni-centrado e uni-dirigido?

Cabe a nós, educadores, definir este horizonte? Ou deve caber a nós o nos inserirmos em movimentos sociais, e deixar que o acontecer progressivo de suas ações defina o perfil e o

destino do tipo de sociedade que desejamos transformar e construir?

Somos ainda militantes socialistas, ou vários outros nomes recobrem agora os horizontes do que desejamos criar no mundo de nossas vidas e destinos, a partir de nossas ações como educadores populares?

Enfim, ainda agora, existe alguma forma de vida social alternativa ao capitalismo que não seja a via socialista?

As sextas

Lembranças: Não podemos esquecer que em seus momentos mais pioneiros, a *Educação Popular* nasceu no interior de instituições do poder público. Paulo Freire e sua equipe original trabalham em Angicos patrocinados por uma poder público municipal. A equipe pioneira criou o *Sistema Paulo Freire de Educação* como parte das propostas e ações do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife.

Com o passar do tempo e o surgimento de novas ideias e de nossos vínculos com pessoas, grupos, comunidades e movimentos sociais, sobretudo a partir do golpe militar e dos “anos de fogo” da ditadura instaurada, começamos a gerar a ideia de que eram eles os sujeitos centrais e os destinatários preferenciais de todo um trabalho de *Educação Popular*.

Assim, educadores e unidades sociais de ação política através da *Educação Popular*, começaram a opor uma *Educação Popular* às outras alternativas de educação que provinham de empresas ou do governo, mesmo quando dirigidas ao povo, como as campanhas governamentais de alfabetização. Portanto, uma *Educação Popular em suas dimensões* pedagógica, cultural e política, opunha-se a todas as modalidades outras de educação a que em alguns estudos meus dos “velhos tempos” chamei de *Educação do Sistema*. Elas eram antagônicas e eram raras, suspeitos e limitados os espaços de diálogo e interação ente elas.

Perguntas: Mesmo durante os “tempos da ditadura”, no início de seu “processo de abertura política”, alguns municípios tomados por então “partidos de oposição” (MDB por oposição à ARENA), declaravam praticar, através de suas políticas e escolas públicas, uma modalidade de *Educação Popular*. Este processo generalizou-se bastante, e hoje governos estaduais e municipais

definem suas políticas públicas em termos de *Educação Popular*. De outra parte, até mesmo instituições patronais realizam simpósios sobre este tema, e universidades particulares declaram-se praticando alguma modalidade de formação de pessoas inspiradas em Paulo Freire e na *Educação Popular*. Tudo isto é possível e válido?

A *Educação Popular* segue sendo direta e restritamente um trabalho pedagógico complementar e a serviço de ações educativas que através de suas ações e projetos de formação de quadros os movimentos sociais geram e aperfeiçoam?

Ou a *Educação Popular* desdobra-se e se realiza também a partir e através de grupos e movimentos sociais cujo horizonte é uma vida solidária, uma sociedade livre, inclusiva igualitária e justa?

De acordo com a proposta politicamente coerente de uma gestão pública da educação, podemos estender também a políticas e iniciativas pedagógicas governamentais a vocação diferenciada de uma *Educação Popular*?

As sétimas

Lembranças: Sabemos que Paulo Freire nunca se declarou marxista, embora autores entre Marx a Lênin povoem sobretudo os seus primeiros livros. Assim, sem se declarar exclusivamente “marxista”, e sem estender as transformações sociais a um horizonte comunista - não ser entre praticantes assumidamente uma coisa e a outra - a *Educação Popular* partiu do reconhecimento do antagonismo estrutural e da luta de classes. E tomou de um modo ou de outro tal enfrentamento estrutural na sociedade capitalista como um ponto de partida de sua ação.

Lembrar como em *Pedagogia do Oprimido*, a libertação política e social do “oprimido”, libertava da opressão também o “opressor”, no bojo de uma sociedade finalmente libertada e reconciliada em uma posição numa sentença, mas compreendidas como se estivessem numa posição diferente, na qual seus papéis semânticos seriam transparentes.

Perguntas: A ideia de classe social e o suposto de uma luta de classes, de acordo com o modelo marxista ou suas derivações marxianas, fundamenta ainda o horizonte das variantes de uma *Educação Popular*?

Ou ela hoje se dirige a e dialoga com diferentes segmentos sociais, étnicos, culturais, em meio aos quais a classe social deixa de ser uma instância única ou determinante, embora permaneça ainda essencial? Praticar a *Educação Popular* é servir pedagogicamente a alguma modalidade ou a um momento de um processo de luta de classes?

Ou o seu horizonte político tende a buscar também diferentes vertentes de empoderamento popular e transformação de pessoas, culturas e sociedade, ainda que convergentes em seu horizonte?

As oitavas

Lembranças: Originalmente a *Educação Popular* vinculava-se de forma orgânica ao que de um maneira mais aberta e ampla chamamos ainda de uma *Educação Humanista*. Alguns estudiosos a situam como uma das vertentes da *Pedagogia Crítica*. Sem submeter-se propriamente a um carimbo que a restringisse, ela se afilia a uma vocação da educação em que o primado da pessoa – por oposição ao primado do mercado, de um lado, ou de um estado totalitário, de outro – seria o motivo de seu primeiro passo e também o do último.

Perguntas: Permanece sendo assim? Podemos situar a *Educação Popular* como uma ainda modalidade de vertente humanista, atribuindo a este qualificador - humanismo - diferentes conotações?

Ou, mais uma vez, em um universo tão diferenciado de vocações e tendências, não haveria mais uma “vocação filosófica ou ideológica” em que a *Educação Popular* possa estar situada? A partir da afirmação de seus princípios e valores essenciais, ela pode caber em diferentes tradições pedagógicas, culturais, e mesmo ideologicamente políticas?

As nonas

Lembranças: Alguns educadores e pensadores da educação defendiam e acreditam que a *Educação Popular* é algo definidamente situado e datado. Ela surgiu no começo dos anos sessenta, aqui no Brasil, e desde aqui se difundiu e se diferenciou, espalhando-se pela América Latina e mesmo pelo mundo, a partir de uma mesma proposta e de um horizonte

libertário.

Outros educadores defendem que a *Educação Popular* ficaria mais bem situada, se considerada como uma diversa vocação de pessoas, grupos sociais culturas e sociedades que, com este nome e com outros, surgiu em diferentes eras da humanidade e em diferentes contextos sociais.

Assim, aqui no Brasil podemos pensar como formas alternativas e historicamente alternantes, as escolas anarquistas de operários em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Podemos ver um seu outro momento e contexto na luta dos educadores pioneiros do começo do século XX, em favor de uma educação pública e laica de qualidade estendia a todas as pessoas. Poderemos pensar como *Educação Popular* o movimento cultural-pedagógico dos anos sessenta e seus desdobramentos, até o presente momento, em suas diferentes alternativas e vocações.

Perguntas: Há uma essencialidade histórica na *Educação Popular*? Ela é e segue sendo o que Paulo Freire, seus companheiros e outros educadores populares dos anos sessenta criaram e fizeram expandir e se desdobrar?

Ou estaremos assistindo hoje mesmo a mais do que um desdobramento? Estaremos diante do surgimento de várias e diversas vocações de educação populares em diferentes contextos e com diversas vocações, atores e horizontes?

As décimas

Lembranças: Tal como outras experiências anteriores e posteriores de ação social e, especificamente, de ação educativa, a *Educação Popular*, mesmo tendo surgido em contextos públicos oficiais, tendeu a existir situada em posições de fronteira ou mesmo à margem de estruturas oficiais de ensino, extensão e pesquisa, de nossas universidades e outros centros ou unidades de vocação intelectual.

Entre o *Ministério da Educação* e as universidades públicas, ela tende a ser mais hoje do eu no passado recente, uma alternativa de ação cultural através da educação liminar, não raro quase marginal.

Espalhada pelo mundo inteiro. Tendo um de seus iniciadores um educador reconhecido como “doutor honoris causa” por cinquenta universidades de todo o mundo; havendo

Paulo Freire sido declarado “Patrono da Educação Brasileira”, seguem a *Educação Popular*, assim como a *Pesquisa Participante*, a Teologia e a Filosofia da Libertação, instâncias de trabalho situadas como algo apenas pitoresco, ou liminarmente marginal na estrutura acadêmica das nossas universidades e mesmo de outras instâncias de criação e difusão públicas do saber.

Perguntas: Se assim foi... Assim deve continuar sendo? Uma posição liminar e de *communitas* da *Educação Popular* seria, no final das contas... estrutural? Tal como acontece com outras experiências e iniciativas de ação francamente popular, a *Educação Popular* ganhar força e sentido enquanto situada “à margem”, e perde energia e sentido de ação quando tornada “oficial”? Tanto no passado quanto no presente, o lugar de acolhida e de compromisso da *Educação Popular* não foi e segue não sendo a academia, a universidade, mas o movimento popular. E é sua vocação o manter-se fiel aos movimentos populares a que serve, bem mais do que às estruturas de poder, saber e mercado que ao a assumirem como “também uma prática nossa”, a colonizariam de forma sutil e destrutiva?

Deveria então a *Educação Popular* situar-se vocacionalmente como alternativas de modalidades de ação cultural situadas por opção à margem ou em zonas de fronteiras frente a universidades e instituições equivalentes? É este o seu lugar?

Ou ela deveria ela aspirar vir a conquistar lugares de justa presença e influência no interior de nossas universidades e, mais ainda, em nossas faculdades de educação, por exemplo? Ela deveria batalhar por tornar-se uma proposta não apenas tornada pública, mas até mesmo definidora de destinos e sentidos de toda uma educação de vocação libertadora?

Enfim, uma reiterada liminaridade da *Educação Popular* é algo de uma história passada e ela deve aprender a conviver com novos cenários, novas alianças, novos coatores e mesmo coautores?

Uma última lembrança, uma última pergunta.

Que estas lembranças e perguntas terminem aqui com palavras e perguntas de um escritor. Um escritor português, e um dos homens de leitura constante de Zigmunt Bauman: José

Saramago.

Na página 109 de seu livro que nos acompanhou aqui, *Isto não é um diário*, Bauman dá a palavra a Saramago. E ele, sem precisar usar um ponto de interrogação ao final do que diz, escreve isto:

E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um único rico. (BAUMAN, 2012, p 109).

Como acredito que ninguém de nós é economista político e, menos ainda, moralista – embora sejamos todas e todos buscadores de uma “outra ética para um outro mundo”, talvez não caiba a nós buscar dados estatísticos e respostas. Mas cabe a nós, acredito, fugir da busca de uma educação e um mundo em que uma questão como esta tenha perdido inteiramente a sua razão de ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO, R. BRANDÃO, C. R. *Cultura rebelde – escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Editora do Instituto Paulo Freire, 2009.

BAUMAN, Z. *Isto não é um diário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FÁVERO, O. *Memória dos anos sessenta: cultura popular e educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.